

ENTENDA O CASO

Vicente Pires tem mais de 400 obras ilegais

Nos últimos 20 anos, as antigas colônias agrícolas Vicente Pires e Samambaia foram ocupadas irregularmente. Hoje, o lençol freático da região está contaminado. A situação chamou a atenção das autoridades. Promover a regularização e a instalação de infra-estrutura na área seria uma forma de minimizar os problemas.

Em junho de 2005 o governo federal e moradores assinaram convênio de regularização dos condomínios, sob as condições de proibição de novas obras, retirada das edificações em área de

proteção permanente (APP) e elaboração de um estudo e relatório de impacto ambiental (EIA/Rima).

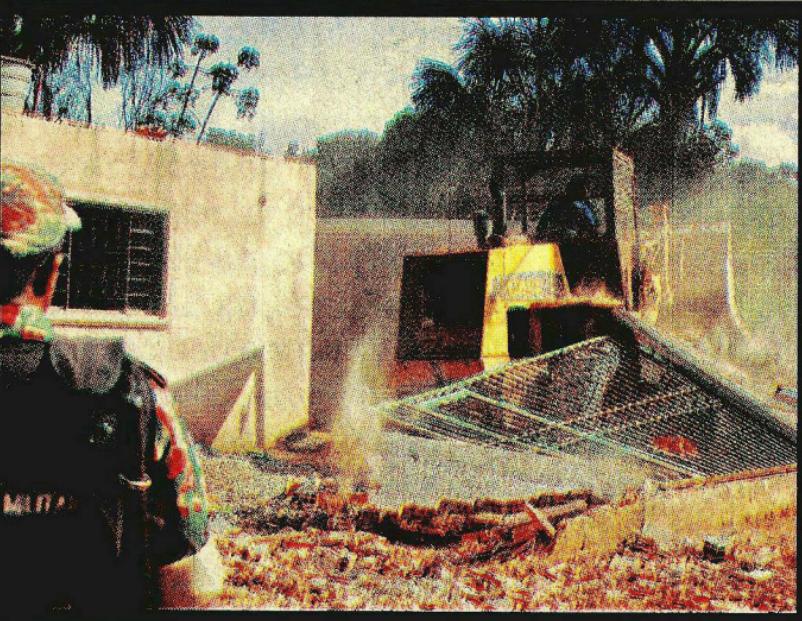
O GDF anunciou a construção da rede de abastecimento. Foi assinado um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) para as obras, entre o governo local, Ibama e Ministério Público da União (MPU), em setembro de 2005. Entre as condições, fiscalização intensiva e retirada de construções em APP, no prazo de um ano.

As obras da rede de água fo-

ram iniciadas. Os moradores contrataram uma empresa para fazer o EIA/Rima. Mas as construções irregulares permaneciam. Levantamentos do Siv-Água e o EIA/Rima mostraram que existem, pelo menos, 400 edificações em APP.

No dia 20 deste mês, o MPU recomendou ao Ibama a reavaliação da licença para obras da rede de água. A procuradora da República no DF, Ana Paula Mantovani, disse que as construções em APP se multiplicaram. O MPU deu 10 dias para o Ibama se manifestar. Quatro dias depois, o órgão anunciou que suspenderia a licença caso o GDF não tomasse providências, e começou a notificar os infratores. Depois do TAC, o Ibama identifi-

Kleber Lima/CB/25.7.06



JUSTIÇA SUSPENDEU A DERRUBADA EM VICENTE PIRES: DECISÃO LIMINAR

cou 42 novas construções em APP.

Nos últimos dias 25 e 26 houve seis demolições, entre casas

não habitadas e muros. Desde o TAC, o Siv-Água tinha derrubado apenas 12. No dia 27, o órgão

anunciou novas demolições. Foram identificados 549 edificações em APP. O subsecretário do Siv-Água, Antônio Magno, admitiu que não seria possível desconstituir todas as ocupações até setembro, e sim, até abril de 2007.

A retirada das construções seria retomada hoje. Estavam previstas mais 15 demolições. Mas os moradores conseguiram liminar na Justiça Federal, que mandou o Ibama apresentar, em 10 dias, justificativa para as derrubadas. O órgão, no entanto, continua a notificar os moradores para desocupar, em 30 dias, as casas em APP. O Ibama não vai analisar o EIA da região enquanto não for solucionado os problemas referentes ao TAC. Hoje o órgão deve prestar contas ao MPU.